

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA EDILENE DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE ESPACIAL DA ALUNA CADEIRANTE NA ESCOLA
MUNICIPAL JOÃO ROMUALDO DE SOUSA EM PICOS-PI (2011)**



Picos (PI)

2011

MARIA EDILENE DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE ESPACIAL DA ALUNA CADEIRANTE NA ESCOLA
MUNICIPAL DE PICOS (PI) JOÃO ROMUALDO DE SOUSA (2011)**

Monografia apresentada à UFPI-
Universidade Federal do Piauí, Campus
Senador Helvídio Nunes de Barros, como
requisito final para obtenção de título de
graduado no curso de Pedagogia, sob a
orientação da Professora Mestre Maria Alveni
Barros Vieira.

Picos (PI)

2011

MARIA EDILENE DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE ESPACIAL DA ALUNA CADEIRANTE NA ESCOLA
MUNICIPAL JOÃO ROMUALDO DE SOUSA EM PICOS-PI (2011)**

Monografia apresentada em: 18 / 11 / 2011

Banca Examinadora

Maria Alveni Barros Pereira

Prof. Orientadora: Maria Alveni Barros

Claudete Santana de Sousa

Prof. Especialista Claudete Santana

Natália de Almeida Simeão

Prof. Especialista Natália de Almeida Simeão

Picos - PI

2011

A todas as crianças especiais,
dedico este trabalho.

Agradecimentos à Deus,
fonte de vida e sabedoria;

Aos meus pais,
por todo carinho e dedicação;

À minha sobrinha Reijany,
existência especial em minha vida;

À professora, Alveni Barros,
pela dedicação na orientação deste trabalho.

As escolas precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, et. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (SASSAKI, 1998)

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a acessibilidade da criança cadeirante no espaço escolar da instituição de ensino municipal da cidade de Picos (PI), João Romualdo de Sousa. A pesquisa se apresenta como um estudo de caso e envolve pareceres de sujeitos diferentes como familiares e professores da criança cadeirante, além dela mesma. Para fins de obtenção dos dados da pesquisa recorreu-se a utilização de entrevistas semi-estruturadas, aplicação de questionários e um passeio acompanhando a criança cadeirante na sua escola. Os dados obtidos através desses instrumentos de coleta foram analisados de forma qualitativa e apontam para o fato de que a escola municipal de Picos João Romualdo de Sousa, ainda não foi palco de reformas significantes promovedoras do uso pleno de seus espaços pela menina cadeirante, que apesar dos obstáculos se sente feliz no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Educação Especial. Deficiência física. Acessibilidade.

Índice de fotografias

| | |
|---|----|
| Fotografia I: A aluna–cadeirante, professores e colegas de sala de aula | 21 |
| Fotografia II: A entrada da aluna Francisca Reijany na sala de aula | 23 |
| Fotografia III: O pátio da escola | 24 |
| Fotografia IV:Foto da sala de aula | 24 |
| Fotografia V:Foto das instalações sanitárias | 25 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| Capítulo I: Itinerários de uma educação inclusiva | |
| 1.1 A segregação das diferenças | 12 |
| 1.2 Da segregação ao assistencialismo e a educação reabilitadora | 13 |
| 1.3 A inclusão escolar dos alunos especiais | 14 |
| 1.4 identificando a deficiência física | 17 |
| Capítulo II: Com “rodinhas nos pés” | |
| 2.1. A aluna cadeirante | 19 |
| 2.2. O encontro da menina cadeirante com a escola: caminhos percorridos | 20 |
| 2.3. A família da aluna cadeirante | 21 |
| Capítulo III: A escola da aluna - cadeirante. | |
| 3.1. O espaço físico da escola | 23 |
| 3.2. O que dizem as professoras? | 25 |
| 3.3. O escola vista pela menina cadeirante | 27 |
| Considerações Finais | 28 |
| Referências Bibliográficas | 29 |
| Apêndices | 32 |
| Apêndices I: Questionários de Professores | 33 |
| Apêndices II: Questionários da família | 35 |

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, o país vem passando por uma reflexão profunda acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular comum. Tais preocupações tem como pressuposto básico a idéia de uma educação inclusiva onde todos tenham acesso, de fato, à educação escolar e não sejam discriminados em face de alguma deficiência seja ela social, cultural, material, intelectual ou física.

Pensando nessa perspectiva inclusiva, onde muitas questões estão imbricadas e precisam se tornar objeto de reflexão, nos propomos nesse trabalho de conclusão do curso de licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, trazer a lume a temática inclusão escolar da criança cadeirante. Nesse sentido adotamos como objeto de estudo dessa pesquisa a acessibilidade espacial da menina cadeirante no ensino fundamental regular.

A escolha do tema ocorreu por motivo de ordem pessoal e por motivo de ordem profissional. O primeiro encontra-se relacionado à existência de uma criança cadeirante em idade escolar no meu grupo familiar; o segundo diz respeito a minha formação universitária no curso de Pedagogia da UFPI-Picos, onde me senti instigada a confrontar o que determina a legislação educacional brasileira acerca da acessibilidade da criança cadeirante na escola e a sua prática cotidiana no espaço escolar.

Trata-se, pois, de um estudo de caso que tem como objetivo geral analisar situações reais de acessibilidade de uma menina cadeirante no espaço escolar da unidade de ensino municipal da cidade de Picos João Romualdo de Sousa no ano de 2011. E como objetivos específicos, a reconstituição alguns aspectos da trajetória de vida familiar e escolar da menina-sujeito desta pesquisa; e a identificação das facilidades e dificuldades de uso cotidiano do espaço escolar pela menina cadeirante.

A pesquisa envolveu a participação de diferentes sujeitos. Além da criança cadeirante, consideramos de suma relevância envolver os familiares mais próximos,

assim como as professoras. Procuramos, através desses atores sociais, responder a seguinte problemática de investigação: quais as políticas educacionais postas em prática pelo sistema municipal de educação picoense no sentido de favorecer a acessibilidade da criança com deficiência física na escola João Romualdo de Sousa, no município de Picos – PI no ano de 2011?

Com o propósito de responder esse questionamento fizemos uso de três procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica através da qual fizemos um levantamento das fontes que abordam o tema e que nos pudessem revelar como esse foi tratado ao longo da história; Também foi feito uso de entrevistas semipadronizadas juntamente a mãe da criança e com a própria criança, sujeito dessa pesquisa. Com relação às professoras preferiu-se obter as informações necessárias através da aplicação de um questionário composto por nove questões abertas e fechadas. As análises dos dados foi feita com embasamento na abordagem qualitativa por ser essa a forma considerada por estudiosos como Flick (2009), de particular relevância aos estudos das relações sociais em várias esferas da vida humana, inclusive na escola.

O resultado das análises dos dados encontra-se organizado em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado Itinerários históricos de uma educação Inclusiva abordamos a Educação Especial a partir de suas concepções, definições, e trajetória histórica. No segundo capítulo – *Com rodinha nos pés*- o estudo se debruça sobre a trajetória da vida familiar e escolar da criança cadeirante a partir do ponto de vista de seus familiares.

No terceiro e último capítulo, cujo título é *A escola da menina cadeirante*, cuidamos em fazer uma rigorosa descrição das possibilidades de acessibilidade da criança à escola pública de ensino fundamental através de um passeio acompanhado. Também cuidamos em dar voz aos professores a fim de que se posicionassem acerca da temática investigada e, como não poderia deixar de ser, também escutamos o parecer da criança cadeirante.

Lembramos que a tônica desse trabalho é mostrar os fatos, interpretando-os. E dessa maneira conseguir apontar possíveis formas de atuação da comunidade junto a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de Picos, PI.

Capítulo I

Itinerários históricos de uma educação inclusiva

1.1. A segregação das diferenças

Conforme os estudos feitos por Amaral (1995), as representações produzidas sobre a deficiência humana sempre estiveram presentes em diversos contextos da história da sociedade ocidental. No período que corresponde à Antiguidade Clássica o tratamento dado às pessoas com deficiência se caracterizava pela segregação destas pela sociedade em que viviam.

Na Grécia, por exemplo, as pessoas deficientes eram fadadas à morte, expostas publicamente ou abandonadas à própria sorte. No mesmo período, na sociedade romana, competia aos pais o dever de matá-las após o nascimento, tão logo que percebida a deficiência. Para gregos e romanos, a marginalização das pessoas com necessidades educacionais especiais era legalizada e o Estado formado por castas de guerreiros tinha como regra não permitir que cidadãos “disformes” vivessem.

No período Medieval, a posição que se atribuía às pessoas deficientes encontrava-se entremeada por uma visão religiosa, cristã e esta relacionava a deficiência à culpa, ao pecado ou a transgressão moral e/ou social. Sendo assim, a pessoa deficiente trazia consigo a marca de seu pecado e estava fadada a não estabelecer contato com Deus.

Segundo pesquisas realizadas por Silva (2006) os primeiros estudos científicos realizados acerca da possibilidade de tratamento das pessoas com necessidades educacionais especiais foram realizados pelos médicos alquimistas Paracelso e Cardano no século XVI. Contudo, a consolidação da concepção científica sobre a deficiência só viria acontecer três séculos depois, século XIX, com os estudos realizados por pesquisadores como Pinel, Down e Froebel, entre outros.

1.2. Da segregação ao assistencialismo e a educação reabilitadora

Devemos assinalar que na primeira metade do século XX, os estudos científicos realizados acerca do tratamento de pessoas com deficiências foram profundamente marcados pelas ideologias do movimento nazista. Os cientistas vinculados ao nazismo defendiam a idéia da eliminação de pessoas com alguma deficiência, fosse ela física ou intelectual.

É bem verdade que, ao longo da existência humana, a visão social que se lança em relação às pessoas com deficiência nem sempre foi a mesma, muito menos integradoras, apesar de sofrerem alterações paralelas à evolução humana e à organização social. Apoiado nos estudos de Mazzota, Silva (2006) elenca três atitudes sociais que marcaram a história da educação especial no tratamento dado às pessoas com deficiência:

A **marginalização** é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudanças das pessoas com deficiência, o que leva a uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população.

O **assistencialismo** é uma atitude marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, porque permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhada pelo princípio cristão de solidariedade humana, que busca apenas dar proteção às pessoas com deficiência.

A **educação/reabilitação** apresenta-se como uma atitude de crença na possibilidade de mudanças das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são voltadas para a organização de serviços educacionais (SILVA, 2006, p. 10-11).

É legítimo afirmarmos que por todo o período que antecede o século XX a educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais foi marcada por atitudes sociais de exclusão. Predominava, pois, as concepções filosóficas de *marginalização* dessas pessoas. Somente em meados da década de 1950 é que começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e as classes especiais como um subsistema dentro do sistema educacional comum.

Conforme Silva (2006) foi na década de 1970 que vemos emergir as primeiras propostas de integração dos alunos com deficiência nas classes comuns. Essa mudança de comportamento em relação à escolarização das crianças com

necessidades educacionais especiais aconteceu por razão de um avanço graduado dos estudos realizados nas áreas da Psicologia e Pedagogia.

Muito embora as propostas de integração coexistissem com atitudes de marginalização por parte dos sistemas educacionais, passou a predominar como novo paradigma educacional aquele que defendia uma educação escolar reabilitadora da criança e do jovem com necessidades especiais.

Historicamente, a educação especial atravessa um período de revisão epistemológica que se expressa através do movimento de educação inclusiva que, por sua vez, decorre de algumas mudanças de caráter social que foram se legitimando ao longo dos últimos vinte anos naquilo que diz respeito ao tratamento dado às pessoas com deficiência.

1.3. A inclusão escolar dos alunos especiais

No Brasil, como noutras parte da sociedade ocidental, a história da inclusão escolar esteve diretamente ligada às iniciativas de alguns grupos, a exemplo dos pais das crianças com necessidades educacionais especiais e educadores sensibilizados com os esforços dos mesmos em integrarem seus filhos na escola comum. Conforme Beyer (2009) foi em razão da iniciativa particular que as medidas de natureza legal foram emergindo gradativamente.

Segundo Oliveira (2009) a política de inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no sistema escolar comum vem sendo implementada no Brasil desde princípios da década de 1990, se tomarmos como referência apenas os documentos oficiais do MEC (Política Nacional de Educação Especial, 1994), e de encontros internacionais a exemplo da Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, aprovada em 2 de dezembro de 1996, traz no corpo do seu texto criteriosas determinações acerca da organização de uma educação especial para atendimento de crianças e jovens do país:

Art 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da cliente de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelam capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular

Art 60 Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Parágrafo único O poder Público adotará, como alternativa preferênciã, a ampliação de atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo

(LEI DE DIRETRIZES E BASES 9.394 de 20 DE DEZEMBRO DE 1996, p142).

Fundamenta nas leis que a regem, a exemplo da LDB de 1996 a educação inclusiva tem atualmente como objetivos principais,

[...] oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar de convivência com a diversidade e diferenças culturais, e incluir o educando com necessidades especiais no ensino regular comum (OLIVEIRA, 2009, p. 32).

Outrossim, a política de educação inclusiva aponta na atualidade para a democratização do espaço escolar, com a superação da exclusão de pessoas que apresentam necessidades especiais, entre elas o cadeirante. Entretanto a política nacional de educação especial formulada nessa década que foi a de 1990 define uma ampla modalidade de atendimento em educação especial que vai desde as escolas e classes especiais ao atendimento domiciliar, em classe hospitalar, em sala de recursos, o ensino itinerante, oficinas pedagógicas, além das classes comuns.

No parecer de Dutra e Santos (2010), essa política demonstra fragilidade diante da necessidade de construção do novo paradigma educacional pois,

Ao conservar o modelo de organização e classificação dos alunos, estabelece-se o antagonismo entre o discurso inovador de inclusão e o conservadorismo das ações que não atingem a escola no sentido da sua resignificação e mantém a escola especial como espaço de acolhimento daqueles alunos considerados incapacitados para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos (DUTRA; SANTOS, 2010, p.21).

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), quanto a Resolução 02 do Conselho Nacional de Educação Básica (2001) apresentam ambigüidades em relação à organização da educação especial e da escola comum no discurso da inclusividade. Posto que, ao mesmo tempo em que orientam a matrícula dos alunos especiais nas escolas comuns da rede regular de ensino, mantém a possibilidade do atendimento educacional especializado.

As mais recentes políticas públicas que orientam a organização dos sistemas educacionais inclusivos a partir de estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do século XX e nos primeiros anos do século XXI

apresentam condições para a implementação de novas ações fundamentadas no paradigma da inclusão social.

Por esse novo paradigma, caberá a sociedade promover as condições de acessibilidade necessárias a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse cenário emerge a necessidade de discutir as ações que tem por objetivo garantir a efetividade do princípio da acessibilidade dos alunos com deficiência física na escola.

1.4. Identificando a deficiência física

Em análise da Emenda Constitucional de 2008 apreendemos como conceito de pessoas com deficiências aquela que possuem qualquer impedimento de natureza física, intelectual ou sensorial. Tratando-se, especificamente do sujeito com deficiência física esses são identificados como aqueles que apresentam alterações musculares, ortopédicas, articulares ou neurológicas que, de alguma maneira, podem comprometer seu pleno desenvolvimento educacional.

Em sua duração a deficiência física poderá ser temporária, recuperável, definitiva e compensável e ter como causa doenças hereditárias, congênitas e/ou adquiridas. Acidentes e lesões também podem provocar deficiência física.

Em qualquer um dos casos de deficiência física a sociedade (Estado e família) deve cuidar em promover as devidas condições de acessibilidade arquitetônica da criança e do jovem ao espaço escolar. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) a acessibilidade pode ser conceituada como:

[...] a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos (ABNT, 2004, p. 328).

Nessa perspectiva, a acessibilidade deve ser apresentada como um princípio que perpassa a organização da escola e das práticas educacionais em sala

de aula. De acordo com Pellegrini e Zardo (2010), a promoção de condições de acessibilidade na escola deve estar atento a 5 (cinco) princípios norteadores:

- a) Organização de ambientes que não excluam ou segreguem as pessoas;
- b) Espaços que permitam o desempenho de atividades de forma independente por todos os usuários;
- c) Acesso aos equipamentos, instrumentos e materiais pedagógicos de uso individual e coletivo;
- d) Conforto e segurança;
- e) Sinalização espacial (mapas, sinalização sonora, rampas, etc.)

Organizada por esses princípios, a escola atenderia o conjunto de direitos afirmados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2006. Em razão do que foi estabelecido nessa Convenção Pellegrini e Zardo (2010) recomendam que os projetos de acessibilidade ao espaço físico da escola sejam elaborados através de parcerias entre profissionais da educação, da arquitetura e da engenharia.

Desta feita a acessibilidade à escola seria melhor planejada através de medidas eficazes como a eliminação de barreiras existentes no entorno e interior da instituição de ensino, a construção ou adaptação de rampas, o alargamento de portas e passagens, a adaptação de sanitários, a sinalização visual, tátil e sonora, entre outras.

Capítulo II

Com “rodinhas nos pés”

2.1. A menina cadeirante

A menina Francisca Reijany de Sousa Leal nasceu de Picos (PI) no dia 6 de janeiro de no ano de 2002. É filha única da dona de casa de Maria Lúcia de Sousa de trinta e dois (32) anos de idade e do taxista Francisco de Sousa Leal de trinta e sete (37) anos de idade. Francisca Reijany tem nove (9) anos de idade e é deficiente física. É, pois, uma aluna cadeirante que estuda na Escola Municipal João Romualdo de Sousa, no povoado de Saquinho localizada na zona rural do município de Picos.

A notícia de que Francisca Reijany é uma criança com deficiência física, chegou à sua mãe no ano de 2004 através de exames médicos realizados na instituição AACD no estado de São Paulo, por meio do procedimento médico chamado biopsia muscular. Francisca Reijany trazia consigo, por ocasião do seu nascimento uma deficiência denominada de amiotrofia espinhal do tipo II. Uma deficiência de caráter genético, progressiva e incurável.

Em entrevista realizada com a mãe de Francisca Reijany, na qual perguntamos acerca do impacto emocional provocado pela notícia da deficiência do qual era portadora sua filha primogênita, a mesma afirmou ter ficado inicialmente em estado de choque, posteriormente passou a questionar a si e a Deus o porquê daquela situação, entrou em estado depressivo e não conseguia aceitar aquela realidade.

Ao ser questionada sobre as possíveis mudanças nas relações familiares em decorrência do nascimento de uma filha com uma deficiência genética incurável e progressiva, a mesma respondeu que este havia mudado sobremaneira culminando com o fim do seu casamento. Conforme depoimento da mãe de Reijany, até hoje o pai não prestou nenhuma assistência menina, assim como seus familiares. Em compensação, a família materna se dedicou aos cuidados necessários que a menina necessita procurando sempre tratá-la de uma forma normal, sem preconceitos, pois

a despeito de suas limitações físicas Francisca Reijany desenvolveu todas as habilidades cognitivas necessárias ao convívio social comum a todos.

Finalmente, quando questionada acerca da escola adaptada e do modelo de educação especial que venha a facilitar o acesso da menina, a mãe da aluna afirma que a escola não está adaptada para atender às necessidades de acesso de Francisca Reijany, os espaços físicos como banheiro e lavatório já foram devidamente adaptados em função da presença da menina na escola de maneira provisória, as adaptações feitas não estão aptas e adequadas para uma aluna cadeirante.

2.2. O encontro da menina cadeirante com a escola: caminhos percorridos

Francisca Reijany iniciou seus estudos escolares no ano de 2009, quando foi matriculada por sua mãe na escola João Romualdo de Sousa para frequentar a classe de alfabetização. A entrada da menina no universo escolar deu-se por insistência da mesma, apesar dos evidentes receios de seus familiares.

De início cogitou-se a possibilidade de Francisca Reijany ser matriculada na escola particular de educação infantil e ensino fundamental I e II, “Tia Carminha” cuja proprietária faz parte do seu grupo familiar. Contudo, a decisão final deu-se pela escola pública João Romualdo de Sousa por ser a mais próxima da residência da criança em questão.

Conforme previstos na Constituição Federal (1988), os sistemas de ensino público ou particular deverão, obrigatoriamente assegurar a matrícula de todos, independentemente de suas deficiências ou necessidades educacionais especiais. Segundo (SILVA, 2006), as escolas regularmente cadastradas no sistema de ensino brasileiro também estão obrigadas a se organizarem para oferecer, além da escolarização, atendimento educacional especializado aos alunos que dele necessitem.

Segundo depoimento da mãe de Francisca Reijany, nenhum impedimento lhe foi colocado para a matrícula da menina na escola João Romualdo de Sousa e assevera que os primeiros tempos da menina na escola foram tranquilos. Até porque, na sala de aula que a menina frequentava existiam mais duas crianças com necessidades educacionais especiais: uma menina com deficiência visual (sua prima) e um menino com deficiência cognitiva grave.

Francisca Reijany continua freqüentando a mesma escola onde iniciou seus estudos em 2009. Atualmente está matriculada na segunda série-terceiro ano do ensino fundamental e conforme as notas obtidas no decorrer do período letivo já se encontra aprovada. Parte dos alunos que freqüentam a mesma classe que Francisca Reijany nesse ano letivo de 2011, ainda é a mesma que juntamente com ela ingressou no universo escolar em 2009.

**Fotografia 1:
A aluna cadeirante, professores e colegas de sala de aula**



Fonte: Acervo próprio 2011.

2.3. A família da aluna cadeirante

Durante o período de realização da pesquisa, a entrevista realizada com os familiares da aluna cadeirante trouxe a lume a importância que a família tem para o bom desempenho e rendimento escolar do aluno deficiente. No caso de Francisca Reijany, a família (mãe, avó, tias) se mostra participativa do processo de escolarização da menina, não apenas se revezando na sua condução à escola, mas no acompanhamento da feitura das tarefas escolares em casa. No parecer da mãe de Francisca Reijany, os familiares mais próximos estão sempre aptos a ajudá-la nos cuidados com a menina e por essa razão o trabalho em lidar com suas limitações físicas não se configura como algo absurdo ou cansativo.

Como pudemos constatar em visita domiciliar com fins de entrevistar a pessoa responsável pela inserção de Francisca Rejane na escola, a menina mora sozinha com a mãe em uma casa arranjada de forma a possibilitar um bom deslocamento da menina pelo espaço doméstico. Nesse sentido pouco são os móveis dispostos nos ambientes e o banheiro passou por algumas adequações necessárias como suspensão do vaso sanitário e disposição de barras em pontos estratégicos de forma a garantir seu uso de forma privativa.

Em sua generalidade o lar, no qual reside Francisca Reijany, pareceu-nos ser um ambiente saudável, afetivo, agradável. A casa situa-se em uma rua tranqüila, sem calçamento e arborizada como geralmente são as ruas dos povoados distantes dos centros movimentados. É também uma casa que se avizinha com a residência de sua avó materna com quem toda tarde senta na calçada para longas conversas. A impressão que nos ficou foi que todos os seus familiares sentem-se responsáveis por sua educação e formação social, intelectual e moral da menina cadeirante.

A mãe que no início sentiu-se deprimida com a limitação física da filha única, hoje, mostra-se uma pessoa consciente das limitações físicas de sua filha. No entanto, jamais absorve como um problema e sim como um obstáculo a ser superado por ambas.

Capítulo III

A escola da aluna-cadeirante

3.1. O espaço físico da escola

A Constituição de 1988 garante, em seu artigo de número 206, condições de igualdade para o acesso e permanência de crianças e jovens na escola. Entendemos aqui, que a defesa desse paradigma pelas autoridades governamentais brasileiras signifique a organização de uma escola acolhedora, onde não existam mecanismos de seleção ou discriminação de alunos por conta das condições espaciais de acessibilidade. Por essa razão, e em função da observância de um direito constitucionalmente adquirido pela criança-cadeirante de ter acesso e permanência na escola é que nos predispomos nessa parte do trabalho a descrever o espaço físico escolar freqüentado pela aluna Francisca Reijany.

A escola João Romualdo de Sousa foi criada e instalada em 1989 durante a gestão do prefeito José Neri de Sousa em um terreno doado por João Romualdo de Sousa, “tataravô” de Francisca Reijany. O prédio da escola fica situado no povoado Saquinho em uma rua carrossal, tranqüila e sem movimento de carros. O acesso de Francisca Reijany a escola se faz por uso de uma motocicleta guiada por sua própria mãe. Logo que a menina chega à escola é recebida pela professora e acomodada em uma “carteira de rodas” adquirida pela família da menina e guardada na escola. O acesso da menina à sala de aula é feito por meio de uma pequena rampa construída já nesse ano de 2011 como por nós registrado na Fotografia II:

Fotografia II:

A entrada da aluna Francisca Reijany na sala de aula.



A escola é composta por um pátio cimentado que dá acesso a três (3) salas de aula, dois (2) banheiros, um (1) masculino e um (1) feminino, uma (1) diretoria e uma (1) cozinha. No horário em que Francisca Reijany estuda, circulam pela escola em média cinquenta (50) alunos. Geralmente, no intervalo das aulas, a maioria dos alunos fica dispersa nos espaços aos arredores da escola, ficando o pátio livre para as brincadeiras de roda de algumas poucas meninas entre elas Francisca Reijany como é possível observar na Fotografia III.

Fotografia III:

O pátio da escola



As salas de aulas que são em número de três encontram-se organizadas conforme a tradição, ou seja, carteiras enfileiradas uma atrás da outra. Contrariando as expectativas pedagógicas que defendem a localização dos cadeirantes nas primeiras filas da sala, a carteira de rodas de Francisca Reijany localiza-se no fundo da sala de aula, como mostra a fotografia IV. A sala de aula na qual estuda a cadeirante embora seja iluminada e arejada não possui espaço físico suficiente para circulação da mesma.

Fotografia IV:

Foto da sala de aula



Outro espaço que dificulta o acesso da cadeirante consiste nas instalações sanitárias da escola, algumas providências foram tomadas como adaptação de lavabo externo, mas não são suficientes, pois, as necessidades fisiológicas requerem maior privacidade, sendo a cadeirante geralmente é carregada nos braços pela professora, que tem que despi-la e acomodá-la no aparelho sanitário.

**Fotografia V:
Instalações sanitárias**



3.2. O que dizem as professoras?

Pelo conjunto de leis e normas estabelecidas e que se propõe a criar condições para que a ação do professor de educação especial seja discutida e redimensionada percebemos que esse é visto como mediador principal entre o que pretende o discurso academicista de educação integradora e a realidade da sala de aula. Na prática cotidiana do ensino em sala de aula o professor, assim como os familiares e a própria criança com necessidades educacionais especiais, acaba por sofrer constrangimento diante das limitações materiais impostas ao exercício do seu trabalho.

Nesse sentido, dispensamos parte das atenções destinada a essa pesquisa em questionar algumas professoras da Escola João Romualdo de Sousa acerca do espaço físico da referida instituição de ensino e as possibilidades de acesso e movimentação da criança cadeirante no seu interior. Disponibilizaram-se a participar da pesquisa quatro (4) professoras, entretanto consideramos para fins desse

trabalho apenas o testemunho das duas (2) professoras que trabalham diretamente com a menina cadeirante.

Conforme questionário respondido pela professora “A”, a mesma declarou ter trinta e nove (39) anos de idade, ser graduada em História pela Faculdade Cristo Rei. Afirmar trabalhar a doze (12) anos como docente, ter conhecimento da lei de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum, e que: “essa lei foi criada para todas as crianças especiais, ter direitos iguais, principalmente nas escolas”. A mesma confessa não ter nenhuma formação para o atendimento de alunos com deficiência, e que o município não ofertou nenhuma formação especial, a referida professora relata que não ficou surpresa ao receber a aluna cadeirante, pois desde cedo, mesmo sem uma capacitação adequada, trabalha com crianças especiais e abraçou a causa com bastante amor e carinho.

Quando indagada sobre a aprendizagem da aluna, ela afirma ser um sucesso, pois a menina é disciplinada, carinhosa, doce e tem boa vontade de aprender, além de possuir um bom relacionamento com os demais membros da comunidade, e que a família acompanha diariamente o desenvolvimento da mesma na escola.

Na entrevista realizada pela professora “B”, fomos informadas que a mesma possui Normal Superior e está fazendo especialização em psicopedagogia. Tem trinta e nove (39) anos de idade e exerce a profissão docente há oito (8) meses, mesmo tempo em que está em sala de aula. Afirmar ainda não ter feito nenhuma especialização para trabalhar com essas crianças, mas tem conhecimento da lei de inclusão de crianças com necessidades especiais e que: “elas devem ser tratadas com igualdade, ou seja, devemos tratar com igualdade os desiguais”.

Relata que ao receber a aluna cadeirante ficou insegura devido está começando a atuar na área e também por ser uma experiência nova para ela, mas hoje está mais confiante. Para a professora “B” a aluna cadeirante é disciplinada, comportada, meiga e cativante; tem boa vontade de aprender, e toda comunidade gosta muito dela. Ao ser questionada a cerca das principais dificuldades encontradas para trabalhar com a aluna, afirma ser a falta de uma formação docente adequada para atuar com crianças especiais.

Como não poderia deixar de ser, ambas as professoras confirmam que as maiores dificuldades encontradas na prática educativas e com a menina cadeirante

estão relacionadas à acessibilidade/ mobilidade e o tempo que a mesma leva desempenhar as atividades escolares. Informam também, que por conta de suas limitações físicas Francisca Reijany é excluída das aulas de educação física.

3.3. A escola vista pela menina cadeirante

Quando se faz uma leitura espacial de uma instituição social tão complexa como a escola, faz-se também necessária uma aproximação das crianças que dela fazem uso. Essa aproximação, segundo Dischinger (2007) possibilita ao pesquisador conhecer as reais necessidades dos educandos e no caso desta pesquisa as reais dificuldades da menina cadeirante em relação ao uso de seu espaço cotidiano.

Assim, no desenvolvimento de nossa pesquisa procuramos não apenas acompanhar a menina cadeirante em suas incursões pelos espaços da escola que frequenta, mas também entrevistá-la acerca dos possíveis dificuldades enfrentadas cotidianamente para fazer uso do espaço escolar.

Em nossa conversa com a aluna cadeirante, esta se mostrou satisfeita com a sua vivência escolar. A escola João Romualdo de Sousa é vista como um espaço privilegiado de estudo, mas também de convivência social onde é possível brincar com outras crianças (apesar de que alguns meninos implicarem com ela), porque não querem brincar com a mesma na hora do recreio.

No que diz respeito a sua relação com os professores, a aluna afirma que todas elas são atenciosas em sala de aula e, que a ajudam quando precisa ir ao banheiro, sendo este um momento de grande constrangimento, posto que, tem que se despir com a ajuda de uma delas. Por esse motivo afirma que desejava que fosse construído na escola um banheiro adaptado às suas necessidades. Entretanto, pondera que a escola já havia construído no ano de 2011 duas rampas em funções de suas necessidades pessoais: uma na entrada da escola e outra menorzinha na entrada da sala de aula.

De uma forma geral, a menina afirma, com veemência, se sentir feliz no ambiente escolar, apesar de algumas limitações a sua mobilidade em todos os espaços.

Considerações Finais

De acordo com que foi exposto, no decorrer da pesquisa, nos foi possível concluir que o ingresso da menina cadeirante na escola municipal João Romualdo de Sousa aconteceu de forma tranqüila, sendo sua matrícula efetuada sem qualquer ressalva ou impedimentos.

Embora, de início tenha acontecido um certo constrangimento pela entrada da menina cadeirante na escola, esse logo foi superado em decorrência da própria adaptabilidade da aluna à escola. Os receios iniciais dos professores estavam ancorados na falta ou ausência de uma formação específica que os habilitasse a trabalhar, conforme recomendava a lei, com uma criança que necessita de um atendimento especial.

De um modo geral, e observando o rendimento escolar da menina cadeirante, assim como sua “felicidade” em freqüentar uma escola da mesma forma que as demais crianças do seu Povoado, poderíamos supor, que apesar dos obstáculos que existem na escola e que impedem sua mobilidade de forma independente, ela se sente integrada no universo escolar.

Diríamos, por fim, que a escola em que estuda a menina cadeirante, sujeito dessa investigação, não se encontra organizada de forma a atender todas as necessidades de mobilidade da criança no seu interior. Apesar das duas rampas e do lavabo improvisados.

A lembrar que de acordo as leis criadas nas últimas décadas do século vigente o papel da escola consiste, prioritariamente, em viabilizar através de uma prática pedagógica consiste, o ingresso e a permanência na escola de todos aqueles que buscam por uma possibilidade de aprendizagem, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, não é o que ocorre na prática, haja vista a grande dificuldade encontrada por essas pessoas, ao tentarem ingressar no convívio escolar. Sendo que essas dificuldades são geradas pela discriminação e falta de informação da sociedade em relação a criança com necessidades educacionais especiais.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Ligia Assunção. **Pensar a Diferencia/Deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.
- ARAÚJO, Luís Alberto David. **A proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: CORDE, 1994
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
- BUENO, J.G.S. *Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Políticas Educacional e a Formação de Professores: Generalista ou Especialistas?* **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.3, n. 5,1999.
- CARTOLANO, Maria Tereza Penteadó. *Formação do Portador no Curso de Pedagogia. A educação especial*. In: cadernos cedes, Campinas, n. 46, p 29-40, set. 1998.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre *Princípios, Políticas Educação Especial. Conferência Mundial de Educação Especial: s/ed*. Junho de 1994.
- DÉROULÉDE, N. H. **A educação inclusiva no contexto das reformas educativas: tendências atuais e desafios mestrado em educação/UCG**, Vice Reitoria de pós Graduação e Pesquisa – Goiânia ed da UCG, 2003 (Cadernos da área, 11).
- DISCHINGER, Marta; LUZ, Greyce Kelly; BRANDÃO, Milena Mesquita; BANSLEY, Vera Helena Mora. **A importância do desenvolvimento de métodos de avaliação de acessibilidade espacial**. Florianópolis: PRELO, 2007.
- FERREIRA, Júlio Romero. **A nova LDB a as Necessidades Educativas Especiais**. *Cadernos cedes*, Campinas n.46, p.7-15, set. 1998
- FERNANDES, F. *Luta de Raças e de Classes*. Teoria e Debate, n.2, 1982.
- FREITAS M. C. R. **As emoções da dança esportiva em cadeira de rodas**. Dissertação (Mestrado em Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba), Piracicaba, 2004. Disponível em: http://www.efescolar.pro.br/Arquivos/arq_2009_30.pdf. Acesso em: 16/set./2011.

FONSECA, Vitor da. *Educação especial: Programas de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Fuertein*. 2 ed. rev. Aum. Porto Alegre: artes Médicas, 1995.

_____. *Formação e Investigação*. In: *Educação Especial*, Porto Alegre: artes Médicas, 1991.

FONTES, Rejane de Sousa, LANDI, Maria de Loudes. *Estigma uma Prisão sem Grandes*. In: *Revista Integração*, Brasília, n.13, p. 41-46,1997.

FUCHS D. inclusive schools moviment and redicalization of special education reform. **Excepcional Children**, Washington, n. 60, p. 294, 1994.

LOCH, M. V. P.; BERNDT, A. Acessibilidade: Uma Preocupação no Ofício de Projetar Ambientes. In: **Revista CREA-SC**, Ano 2, n. 13, Julho de 2001.

MARQUES, Carlos Alberto, *A ética da Pessoa Portadora de Deficiência*. UFJF, 1992.

MANTOAN, M. T. E. *inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças*. Nova Escola, São Paulo. **Nova Escola**. São Paulo, n.182, p 24-26, maio 2005.

MATOAM, Maria Tereza Eglér. *Educação Escolar de Deficiências Mentais: problemas para pesquisa e o desenvolvimento*. In: cadernos cedes, Campinas.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Trabalho Docente e Formação de Professores em Educação Especial*. São Paulo, p. 29-41, 1993.

_____. *Educação especial no Brasil: História e Políticas públicas*. São Paulo, 2 ed. Cortez, 1999.

PRADO, *Formação do professor com qualidade. Educação para todos: avaliação da década – Brasília: MEC/INEP, 2000, p.129-131.*

RABELO, A. S. ; AMARAL, J. de. *A Formação do Professor para inclusão Escolar*
 Questões curriculares do curso de Pedagogia n: LISTA, V M S de S; SOUSA, L F E
 C P (Orgs) *Políticas educacionais, práticas alternativas de inclusão escolar*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003

RIBEIRO, S. L. *Espaço Escolar: Um Elemento (In) Visível no Currículo*. In: **Revista Sitientibus**, Bahia; n 31, jul/dez, 2004

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Legislação Especifica/Documentos Internacionais* Disponível em:<[http: portal.mec.gov.br seesp/arquivos/pdf/salamanca pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf)> Acesso em : 29 de maio 2005.

ZULIAM, M S; FREITAS,S N Formação de professores na Educação Inclusiva: Aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar do outro modo. Disponível em:<<http://WWW.ussm.br/CE/revista/ceesp/2001/02/a5.html>> Acesso em: 29 de maio de 2005.

APÊNDICES

Apêndice I: Questionário de professoras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

A Escola Da Menina Cadeirante

Questionário

(Segmento Professor)

- 1- Identificação
 - 1.1 – Sexo
 - 1.2 Idade
 - 1.3 Tempo de Serviço
 - 1.4 Formação
 - 1.5 Graduado (a) em
 - 1.6 Especializado (a) em

- 2- Você tem conhecimento da lei da inclusão de criança com necessidades especiais na escola comum?
- 3- Os professores dessa instituição de ensino realizaram alguma formação especial para o atendimento de alunos portadores de deficiência?
- 4- Qual a sua reação enquanto professor ao receber a aluna cadeirante?

- 5- Como você avalia a aprendizagem da aluna cadeirante:
 - () Com sucesso
 - () Sem sucesso
 - () Não conseguiu alcançar as habilidades proposta para a série em que está cursando.
- 6- Como é o trabalho diário com a aluna cadeirante Reijany?

- 7- Assinale abaixo os itens que descrevem a aluna cadeirante:
 - () Aluna disciplinada
 - () Carinhosa
 - () Doce
 - () Com boa vontade de aprender
 - () Agressiva
 - () Indisposta
- 8- Quais as maiores dificuldades para lidar com a aluna cadeirante
 - () O comportamento
 - () A questão da mobilidades/acessibilidade

- Os recursos pedagógicos necessários para desenvolver melhor suas especificidades
 - A leitura, a escrita
 - O tempo que a aluna leva para realizar as atividades
 - A formação docente
- 9- A família tem acompanhado o desenvolvimento da aluna cadeirante?
- 10- Como é a relação entre aluna cadeirante, professor e comunidade escolar?
-
- 11- O que você considera fundamental necessária para mudar o conceito de inclusão:
- Uma formação educacional
 - Formação docente preparando para atuar nessa modalidade
 - Previsão do sistema educacionais de recursos didático – pedagógico
 - Maior você define seu trabalho com aluna cadeirante?
- 12- Como você define seu trabalho com aluna cadeirante?
-

Apêndice II: Questionário da família

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

A ESCOLA DA MENINA CADEIRANTE

QUESTIONÁRIO

(SEGMENTO FAMÍLIA)

1. Identificação:
2. 1.1 Nome dos pais:
- 1.3 Tempo de união

2. Quantos irmãos tem a menina Reijany?

3. Quando e como foi descoberta a deficiência da menina Reijany?
4. Como a notícia foi recebida por vocês?

5. Como você reagiu no primeiro momento com a notícia?
6. Que nome científico recebe a deficiência da menina Reijany?

7. A deficiência foi gerada em decorrência de que fator explicado pela ciência?
8. A deficiência da menina Reijany mudou o relacionamento familiar?

9. Como tem sido a relação da menina com demais familiares?

10. No caso específico da aluna cadeirante - Reijany a escola possui uma educação especial para facilitar o acesso da mesma à referida instituição de ensino?